

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO: BUSCA POR DESENVOLVIMENTO OU MANUTENÇÃO DA SUBORDINAÇÃO AO CAPITAL INTERNACIONAL?

*Cecília Carmanini de Mello
Joana D'Arc Germano Hollerbach
Evelyn Freire Silva
André Randaço Ortega*

Estrutura e formas de atuação

Neste capítulo, analisaremos o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Para tanto, realizamos uma pesquisa bibliográfica utilizando trabalhos sobre o BID, além de documentos produzidos pela própria instituição. Consideramos importante definir o que é o BID, esclarecendo sua origem e suas formas de atuação.

Segundo a definição de Seitenfus (2008), o BID é uma organização internacional que, classificada segundo sua função, é uma organização de gestão, tendo como principais finalidades a cooperação financeira e o desenvolvimento dos Estados-Membros. Nessa classificação também estão incluídos o Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI).

Dessa maneira, o BID “constitui a única organização de cooperação econômica de alcance continental consolidado no Novo Mundo” (Seitenfus, 2008, p. 279). De acordo com seu *site*, a organização possui, atualmente, 48 Estados-Membros, sendo 26 Estados mutuários da América Latina e Caribe e os outros 22 da Europa e Ásia, além de Canadá e Estados Unidos. Assim, o BID é “uma *instituição transcontinental de apoio ao desenvolvimento, mas americana pelos seus fins*. Os países originários conservam a maioria do capital votante” (Seitenfus, 2008, p. 282, grifo do autor).

O BID foi fundado em 1959, com sua estrutura baseada no Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), um dos componentes do Grupo Banco Mundial (Seitenfus, 2008). Segundo consta no *site*, o Banco foi fundado como uma parceria entre países da América Latina e Caribe e os Estados Unidos. Os membros fundadores são Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, El Salvador, Equador, Guatemala, Haiti, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Uruguai, Venezuela e Estados Unidos.

Posteriormente, o número de membros foi sendo ampliado com a adesão de outros países da América Latina e Caribe¹, como Trinidad e Tobago, Barbados, Jamaica, Guiana, Suriname, Belize e o Canadá, como mais um membro da América do Norte.

Além desses, ampliou-se a participação para membros de outros continentes, como Alemanha, Áustria, Bélgica, Coreia do Sul, Croácia, Dinamarca, Eslovênia, Espanha, Finlândia, França, Israel, Itália, Japão, Noruega, Países Baixos, Portugal, Reino Unido, Suécia e Suíça. O último país a se tornar membro do BID foi a China, em 2009.

Os países são divididos entre membros mutuários e não mutuários. Os primeiros são aqueles que podem tomar empréstimos, os não mutuários não podem. Todos os países latino-americanos e caribenhos são mutuários, detendo juntos 50,014% do poder de voto, dentre os quais, os dois com maior poder são Argentina e Brasil, empatados com 11,354%. O maior votante individual, no entanto, são os Estados Unidos, com 30,006% do poder de voto, sendo um membro regional, mas não mutuário, assim como o Canadá. Juntos, dominam um percentual de votos de 34,007%. Os demais países não regionais e não mutuários possuem 15,979% de poder de voto (Banco Interamericano de Desenvolvimento, 2025a).

Ao tratar sobre os países membros não mutuários, que entram com capital e têm poder de voto na Assembleia de Governadores e na

¹ Cuba não é considerado um Estado-Membro, ao assinar os Artigos do Convênio Constitutivo, a Carta da instituição, mas não os ratificou.

Diretoria Executiva, o BID esclarece quais são os interesses por trás da adesão à organização:

O desenvolvimento da América Latina e do Caribe aumenta o comércio e multiplica as oportunidades de investimentos para todos os países membros do BID. Ser membro do Banco permite ao país não mutuário alavancar seus recursos e canalizar as preocupações com questões de desenvolvimento por meio do BID, alcançando um número maior de países beneficiários do que com programas bilaterais.

Os países membros não mutuários beneficiam-se dos processos de aquisições e contratações, pois somente empresas dos países membros podem fornecer bens e serviços aos projetos financiados pelo BID. O Banco também só pode contratar cidadãos oriundos desses países. O BID colabora com os países membros, divulgando informações sobre projetos e atividades do Banco, e sobre oportunidades de aquisições, por meio de iniciativas como as Redes de Oficiais de Ligação do Setor Privado (PSLO) (Banco Interamericano de Desenvolvimento, 2025b, s.p.).

A esse respeito, destacamos as considerações de Freitas (2018, p. 38-39) acerca do que ele chama de reforma empresarial da educação, sendo uma das características dessa reforma a “transferência de inovação do mundo empresarial para o mundo educacional como principal fonte de mudança”. Para o autor, essa orientação empresarial torna a educação um locus de investimento atrativo para indústrias e prestadoras de serviços oriundas de países centrais que buscam na periferia do sistema capitalista reproduzir “o ciclo de colonização científica, cultural e tecnológica” (Freitas, 2018, p. 39). Segundo ele, esse movimento parte de instituições internacionais como a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento (OCDE) e o Banco Mundial. Podemos também englobar o BID nesse sistema, especialmente porque ser parte do Banco dá aos países membros mais chances de participação nos países latino-americanos.

Para tornar-se membro do BID, há algumas exigências. Para ser um membro regional, é necessário que o país faça parte da

Organização dos Estados Americanos (OEA), enquanto, para se tornar um membro não regional, é necessário que seja membro do FMI. Em ambos os casos, deve haver subscrição de ações do Capital Ordinário e uma contribuição ao Fundo para Operações Especiais. É a partir dessa subscrição de recursos ao capital ordinário que é determinado o poder de voto de cada Estado-Membro (Banco Interamericano de Desenvolvimento, 2025c).

O financiamento do BID e os empréstimos podem ser feitos pelo setor público ou privado. Ao acordar um empréstimo, o Banco entra com parte do capital, sendo a outra parte uma contrapartida do prestatário. A esse respeito, encontramos no site do BID::

O Grupo Banco Interamericano de Desenvolvimento (Grupo BID) é a principal fonte de financiamento e conhecimento para melhorar vidas na América Latina e no Caribe. É composto pelo BID, que trabalha com o setor público da região e facilita a atuação do setor privado; pelo BID Invest, que apoia diretamente empresas e projetos privados; e pelo BID Lab, que estimula a inovação empreendedora (Banco Interamericano de Desenvolvimento, 2025d, s.p.).

Sobre a missão desenvolvida pelo BID, temos:

Fornecemos apoio financeiro e técnico a governos nacionais e subnacionais e outras entidades em nossa região. Conduzimos pesquisas de ponta e desenvolvemos soluções inovadoras para enfrentar os desafios de desenvolvimento tanto ao nível local quanto global.

Também realizamos parcerias com países doadores e outras organizações internacionais de desenvolvimento para canalizar recursos e expertise essenciais para a América Latina e o Caribe, promovendo um desenvolvimento sustentável e equitativo (Banco Interamericano de Desenvolvimento, 2025e, s. p.).

As frentes de ação são muitas, tanto em termos de áreas de atuação quanto na própria forma de atuar, seja por empréstimos, cooperação técnica e pesquisas. Segundo Melgarejo e Shiroma (2019),

o Brasil é o país que mais teve empréstimos efetivados pelo BID, sendo parte considerável do endividamento brasileiro. Os autores também mostram que, a partir do documento “Estratégia de Assistência ao País” publicado em 2015, houve uma atenção mais efetiva do BID sobre a educação. Isso foi materializado nos empréstimos e cooperações técnicas feitos para o setor a partir de 2016 para estados e municípios, empresas privadas e instituições como o movimento empresarial Todos pela Educação e a Rede Latino-Americana de Organizações da Sociedade Civil pela Educação (Reduca).

Segundo Seitenfus (2008, p. 283, grifo do autor), “é de praxe que o *Presidente* do BID não seja originário dos Estados Unidos”. Assim como o do Banco Mundial é sempre originário dos EUA e o do FMI é sempre originário da Europa Ocidental. Apesar de não ser um acordo oficial, esse é um acordo informal que tem funcionado ao longo dos anos (Seitenfus, 2008). Tal acordo foi quebrado em 2020, quando o estadunidense Mauricio Claver-Carone foi eleito presidente².

A partir de 2020, com a eleição de Claver-Carone, a hegemonia estadunidense se tornou ainda mais evidente no Banco, pois, além de ser o primeiro não latino-americano a ocupar o posto, ele também era assessor de Donald Trump, até então presidente dos EUA, sendo uma indicação direta dele, foi também Diretor Sênior do Hemisfério Ocidental no Conselho de Segurança Nacional. Segundo Corona (2020), a indicação gerou tensões entre os países. O representante europeu Josep Borrell advertiu sobre a quebra de harmonia na América Latina pelo rompimento do acordo informal acerca da origem do indicado, e países como Argentina, México, Chile e Costa Rica tentaram adiar a votação e lançar o argentino Gustavo Béliz ao cargo. Os esforços não deram certo e Claver-Carone foi eleito com 66,8%, mas enfrentou a abstenção de 16 países, sendo 11 da América Latina. Ainda segundo a autora, o agora ex-assessor de Trump tem um “histórico de pulso firme contra o chavismo e o castrismo”.

Embora a eleição de Claver-Carone tenha sido comemorada pelo governo brasileiro (Vilela, 2020), segundo Oliveira (2022), o Brasil

² Os dados a respeito da presidência do BID foram atualizados em junho de 2025.

pretendia lançar candidatura própria à presidência, mas desistiu e apoiou o candidato estadunidense que, após eleito, não deu ao Brasil compensações por desistir da candidatura, além de ignorar as propostas apresentadas pelo governo brasileiro. A desistência do Brasil de candidatura própria pode ser entendida também pela proximidade e submissão do governo brasileiro de Jair Bolsonaro ao governo estadunidense de Donald Trump.

Os presidentes do BID são eleitos para mandatos de cinco anos, no entanto, Mauricio Claver-Carone foi destituído do cargo em setembro de 2022, acusado de manter relações íntimas com uma funcionária, além de retaliar funcionários que denunciaram a situação que contrariava o código de ética da instituição. Diante de novas eleições, o BID elegeu seu primeiro presidente brasileiro, Ilan Goldfajn, ex-presidente do Banco Central do Brasil (2016-2019) e ex-diretor do Departamento do Hemisfério Ocidental do FMI (Bocchini, 2022).

Apesar de o maior número de mutuários ser de países onde o idioma oficial é o espanhol, muitos documentos publicados pelo BID só são encontrados em inglês. A razão disso pode ser a hegemonia estadunidense no Banco. O mesmo acontece com os documentos do Banco Mundial.

Ainda sobre o idioma, mas pensando em termos de nacionalidade, as referências usadas em documentos analisados são, majoritariamente, referências estrangeiras. São citados trabalhos sobre Inglaterra e EUA no documento “Melhores Práticas em escolas de Ensino Médio no Brasil”. Ao colocarmos esta questão, não queremos deslegitimar a produção ou as condições educacionais de outros países, porém, entendemos que os problemas latino-americanos, e mais pontualmente os problemas brasileiros, têm especificidades baseadas em seu processo histórico nacional e na criação de seu sistema escolar. Por isso, o baixo número de trabalhos de pesquisadores brasileiros ou mesmo latino-americanos é um dado que merece destaque.

Outro problema detectado foi a respeito da publicidade de documentos no *site* da instituição. O documento “Análisis del apoyo del BID a la educación secundaria: Mejora del acceso, la calidad y las

instituciones (1995-2012)” está incompleto. A verificação dessa incompletude foi possível quando da leitura: buscamos ao final do documento os anexos mencionados ao longo do texto (22 no total), mas não os encontramos. Tal situação pode prejudicar o entendimento do documento em sua totalidade.

Maria Abadia da Silva, em seu estudo sobre o Banco Mundial, esclarece que:

Há muita resistência, tanto do governo brasileiro como do Banco Mundial, quanto à divulgação dos documentos, na medida em que essas instituições financeiras são guardiãs dos interesses dos centros financeiros mundiais e da política macroeconômica monitorada pelos Estados Unidos, pouco propenso à avaliação de terceiros (Silva, 2002, p. 104).

Tal situação nos leva a crer que há uma intencionalidade em omitir informações, dados, critérios, e que tal omissão em nada contribui para a compreensão sobre o Banco e os países membros.

Segundo Pereira (2010), o Banco Mundial tem mecanismos que objetivam manter o paradigma neoliberal e assegurar que as publicações não fujam da linha política e ideológica estabelecida pela organização. Dentre esses mecanismos está a padronização da equipe no que diz respeito à formação acadêmica, ou seja, quase todos os funcionários eram economistas ou tinham pós-graduação em Economia, com formação em universidades da Inglaterra ou dos EUA. Há uma diversidade de nacionalidade no quadro de funcionários, porém, os pesquisadores têm um perfil profissional estabelecido para ecoar o paradigma neoliberal. Por isso, poucas pesquisas são feitas por estudiosos de países capitalistas periféricos.

Os outros mecanismos são o sistema de promoção, o reforço seletivo das normas, o desencorajamento do discurso dissonante, a manipulação dos dados e conclusões e a projeção externa dos pesquisadores em âmbito acadêmico, jornalístico e político. A respeito da manipulação dos dados, Pereira (2010) pontua como exemplos os resumos executivos e informes para a imprensa que, em alguns casos,

tiveram discordância total do material completo; tal situação aumenta a nossa preocupação quanto à ausência dos anexos no documento “Análisis del apoyo del BID a la educación secundaria: Mejora del acceso, la calidad y las instituciones (1995-2012)”, que podem conter informações importantes e que não estão disponíveis.

Por analogia, percebemos que tal padrão se repete no BID, visto que no documento supracitado, a equipe não conta com membros brasileiros, sendo a participação do Brasil restrita ao papel de colaboração³.

Breve história do BID

O BID nasceu no contexto da Guerra Fria, de disputa entre os EUA e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), que configurava um cenário internacional bipolarizado. Scherma (2007) argumenta que a América Latina, naquele período, apesar de alinhada politicamente aos EUA, não recebia a contrapartida estadunidense, especialmente no que tange às questões econômicas.

Estrategicamente, os EUA concentravam seus esforços na reconstrução da Europa e do Japão, arrasados pela Segunda Guerra Mundial. Esses esforços se justificavam politicamente, pois os EUA não queriam perder áreas de influência para a URSS, e também economicamente, pois somente países reconstruídos conseguiriam pagar suas dívidas contraídas em razão da guerra. Foi nesse período de “abandono” que a ONU criou a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), em 1948, que se tornou definitiva em 1951. A partir da CEPAL e das contribuições dos economistas Ragnar Nurkse e Raul Prebisch, se desenvolveram as teorias que orientaram o desenvolvimento dos países latino-americanos no período.

Defendendo a necessidade de ajuda internacional, concedida pelo Banco Mundial após a Segunda Guerra, especialmente aos países

³ Em outros documentos, não abarcados nessa pesquisa, percebemos que os autores, em alguns casos, são brasileiros, porém, com estreitas ligações com as agências internacionais.

européus pelas razões elencadas anteriormente, a relação entre os EUA e a América Latina foi se deteriorando. Para Scherma (2007), a Revolução Cubana de 1959 representou uma ruptura na relação EUA/América Latina. Essa perda de influência estadunidense contribuiu para a situação mudar e as atenções dos EUA se voltarem para a América Latina.

O BID surgiu de uma articulação com grande protagonismo brasileiro na figura do então presidente Juscelino Kubitschek, que usou do conflito leste-oeste entre capitalismo e socialismo para favorecer as relações norte-sul, objetivando o desenvolvimento da América Latina por meio de atração de Investimentos Diretos Estrangeiros (IDE's) e empréstimos internacionais.

A atuação do presidente do Brasil daquele período foi decisiva. Juscelino Kubitschek (JK) escreveu, de próprio punho, uma carta ao presidente estadunidense, Dwight Eisenhower, por entender que um banco multilateral americano não teria o prestígio e o aporte de recursos necessários se dele não fizesse parte a maior economia do continente. Na carta, segundo Scherma (2007), JK alertou o presidente dos EUA que o desgaste entre os EUA e a América Latina forneceria solo fértil

[...] para penetração de “ideologias estranhas” (o socialismo, notadamente), e que, como a América Latina não estava encontrando a ajuda necessária para a superação do subdesenvolvimento econômico, isso poderia representar um perigo ao avanço comunista. O desgaste nas relações com os EUA seria um indicador primeiro deste fato (Ibidem, p. 43-44).

A gestão Eisenhower concentrava grandes esforços no combate ao comunismo. Junto a isso, JK colocou em discussão a ideia de uma Operação Pan-Americana. Scherma (2007) argumenta que essa foi a “linha-mestra” do governo JK e do desenvolvimento de uma política externa brasileira mais independente e propositiva, que colaborasse com o desenvolvimento interno do país. É nesse contexto

que foi possível a criação do Banco Interamericano de Desenvolvimento.

Mais do que isso: a criação de uma instituição financeira multilateral americana vem atender a demandas próprias do continente. Diferentemente de outras organizações internacionais, ela não fora erigida unicamente no sentido de atender aos interesses das grandes potências, senão foi resultado de demandas vindas “de baixo” (Scherma, 2007, p. 47).

Assim, em 1959, entrou em vigor o Convênio Constitutivo do BID. Os países da América Latina detêm o maior percentual de votos, mas Scherma (2007) chama a atenção para situações em que é necessária a maioria de três quartos de votos para a aprovação (75%), ficando os EUA com o poder de veto, devido ao seu poder de voto. O autor aponta que questões relativas à “admissão de novos membros; aumentos de recursos do Capital Ordinário ou do Fundo de Operações Especiais; modificações no Convênio Constitutivo; modificação no número de Diretores Executivos, entre outras” (Ibidem, p. 51) são passíveis de veto pelos EUA, pelas condições estabelecidas para a aprovação.

Como o período de criação do BID coincidiu com a vitória da Revolução Cubana em 1959, o poder imperialista se viu ameaçado pela ruptura liderada por Fidel Castro. Logo, para evitar um “efeito dominó”, ou seja, evitar que os ventos revolucionários se espalhassem para outras partes do continente, os EUA criaram a Aliança para o Progresso na gestão de John F. Kennedy, que destinou parte de seus recursos ao BID, para um Fundo Fiduciário de Progresso Social, criado especialmente para receber recursos do programa estadunidense.

Magnólia Said (2005) argumenta que, no contexto da Guerra Fria, os EUA buscaram espalhar a ideologia do desenvolvimento pautado na sua própria experiência. Mais do que isso, tentaram confundir desenvolvimento com modernidade, ou seja, a ideia de que os países atrasados deveriam se modernizar para alcançar a prosperidade dos países centrais. “Desenvolvimento, era isso:

transportar características da sociedade americana para os países em atraso. Era também “industrialização e crescimento da produção” (SAID, 2005, p. 8). Como prática dessa retórica desenvolvimentista modernizante, “foram pensados projetos de cooperação internacional como a Aliança para o Progresso, concebida no governo do Presidente Kennedy, para levar ajuda à população pobre da América Latina e elaborados programas de diminuição da fecundidade, a cargo da Benfam” (Ibidem, p. 9).

Ainda segundo Said (2005), no Brasil, essa visão de desenvolvimento era justificada numa tensão existente entre dois “brasis”: um agrário e atrasado, que não deixava o outro, moderno, urbano e industrializado, avançar. Nesse sentido, o Plano de Metas de JK estava alinhado a essa ideologia do desenvolvimento, buscando investimento estrangeiro para modernizar o Brasil.

Para Castro (2014), há uma dificuldade histórica para o desenvolvimento dos Estados latino-americanos por conta da dominação externa promovida pelos países centrais hegemônicos pelos EUA. O desenvolvimento dependente é pautado na modernização adequada às necessidades capitalistas, sendo a América Latina periférica na distribuição de riquezas, mas central na reprodução de desigualdades.

O primeiro empréstimo do BID para o país foi feito no governo de Jânio Quadros, em 1961, para uma empresa privada de celulose, a Lutchel Celulose e Papel. O governo de Jânio durou somente sete meses, de janeiro a agosto de 1961.

Seu vice, João Goulart, assumiu a presidência apesar dos protestos de setores conservadores. O governo buscou “conciliar crescimento econômico, reformas sociais e combate à inflação” (Scherma, 2007, p. 60). A situação se desgastou com a desaceleração do crescimento econômico, aumento da inflação e com o anúncio das reformas de base, como reforma agrária e nacionalização das refinarias de petróleo.

Mesmo com a radicalização do governo e da situação brasileira, até o Golpe de 1964, a atuação do BID se manteve “linear”, alinhada

ao padrão desenvolvimentista que “acreditava na importância primeira da industrialização (especialmente via substituição de importações) e no papel do Estado em garantir infraestrutura para acelerar o crescimento econômico” (Ibidem, p. 63). Segundo o autor supracitado, isso ocorreu em parte pela posição privilegiada que tinha o Brasil na organização.

No primeiro governo militar, após o Golpe de 1964, que depôs João Goulart, o Brasil reatou com o FMI, relação rompida por JK em 1959 e, conseqüentemente, voltou a receber empréstimos do BIRD. Já o BID e o Brasil, por sua vez, mantiveram sua relação inalterada, aprofundando-a entre 1964 e 1967. É nesse período que o Banco buscou por recursos de países não membros, por meio de venda de títulos e administração de fundos de outros países. Scherma (2007) aponta que, com o regime militar, a abertura da economia brasileira ao capital externo aumentou tanto por via de empréstimos como por investimento Estrangeiro Direto.

No período do “milagre econômico” (1968-1973) que veio em seguida, o BID passou a priorizar países com menor desenvolvimento, especialmente quanto aos empréstimos para a área social. Scherma (2007, p. 77) destaca que, nesse tempo, “a captação de recursos externos é ressaltada como fundamental para o desenvolvimento nacional e, portanto, é acentuado o papel de organismos de financiamento internacionais, como o BID”. Nesse contexto, o maior volume de empréstimos para o Brasil nessa época foi para o setor produtivo e o setor de infraestrutura - este último em destaque pela prioridade dada aos setores de energia e transportes.

No governo Geisel (1974-1979), o mundo passou por uma crise caracterizada pelo colapso do sistema de Bretton Woods e pelo choque⁴ do petróleo de 1973. Para conter a recessão, que poderia levar à diminuição do crescimento econômico e conseqüentemente à perda de apoio do regime por setores importantes, o Brasil estabeleceu o II Plano Nacional de Desenvolvimento. As medidas desse plano

⁴ Scherma (2007) usa a palavra “choque” para se referir às crises do petróleo de 1973 e 1979. Por isso, mantivemos assim no texto.

mantiveram o aporte financeiro do capital internacional em níveis altos, com o aumento da dívida externa em 1.300% de 1968 a 1979. O viés adotado na política externa desse período seguiu a linha proposta por JK, de buscar investimentos externos para promover o desenvolvimento interno. A política externa adotada no período ficou conhecida como “Pragmatismo Responsável e Ecumênico”, segundo Scherma (2007), dado o seu caráter pragmático e não ideológico. Entretanto, Scherma pontua que:

Como balanço final do período 1961-1979, podemos dizer que a atuação do BID no Brasil foi bastante relevante. Por um lado, a ideologia prevalecente no BID ajustava-se àquela que dominou os atores da política econômica nacional no período, a saber: o desenvolvimentismo. Neste sentido, a complementaridade de interesses evitou conflitos e catalisou a tomada de recursos do Brasil no exterior, sendo o BID a maior fonte de recursos multilaterais do país (Scherma, 2007, p. 96).

A partir de 1979, com o segundo choque do petróleo e a crise das dívidas externas, ocorreram profundas mudanças no cenário internacional que impactaram diretamente as economias latino-americanas devido à sua dependência externa. Mesmo a economia brasileira – a maior da região – não conseguiu manter-se firme diante da crise pela ausência de um sistema financeiro nacional autônomo e

Também fora incapaz de incorporar um robusto sistema nacional de pesquisa e desenvolvimento capaz de garantir inovações tecnológicas próprias, ficando, também neste quesito, dependente de importações. Em suma, as economias latino-americanas encontravam-se, em fins dos anos 70, fortemente dependentes de um bom funcionamento da economia internacional, particularmente de ampla liquidez (Scherma, 2007, p. 101).

Nesse contexto de crise, de choque do petróleo e da tentativa dos EUA de manter o dólar como moeda hegemônica no cenário internacional, ocorreu o aumento das taxas de juros, que prejudicou os

países da América Latina que, nos anos 1960 e 1970, contraíram empréstimos a juros bem mais baixos. A partir desse cenário, os governos começaram a abandonar o paradigma econômico desenvolvimentista em favor do pagamento das dívidas.

Apesar da crise internacional, o BID continuou a aumentar o seu capital ano a ano, buscando se manter como fonte importante de empréstimos na região, cuja situação estava agravada pelo pagamento de juros das dívidas, queda do PIB e da renda *per capita*. Nesse período, as prioridades do Banco eram agricultura, desenvolvimento rural e urbano (incluindo o desenvolvimento humano) e novas fontes de energia para diversificar a matriz que havia sofrido com a crise do petróleo. Nesse período, também foi criada a Comunidade Interamericana de Investimentos (CII), filiada ao BID, mas com administração e estrutura independentes. O principal objetivo da CII era a realização de empréstimos para empresas de pequeno e médio porte.

A partir de 1985, o Banco apontou como preocupação a questão ambiental e sofreu uma queda nos valores de empréstimos de 1985 a 1988, refletindo a crise internacional e as disputas na própria instituição sobre seu papel e estrutura na América Latina. Em 1987, o tema da mulher frente ao desenvolvimento passou a figurar nos relatórios do Banco, com projetos para fortalecer e consolidar esse papel na América Latina.

Magnólia Said (2005) a respeito das políticas de órgãos internacionais focalizadas nas mulheres, aponta que as políticas de desenvolvimento encabeçadas por esses órgãos para os países subdesenvolvidos têm consequências negativas para as mulheres: “as propostas de desenvolvimento que envolvem as mulheres são pensadas na perspectiva de utilização do trabalho não pago, dando ênfase ao seu papel reprodutivo, além de ligá-las diretamente com a natureza, ao mundo doméstico e à sua capacidade reprodutiva” (Said, 2005, p. 12-13).

Com isso, podemos concluir que esses órgãos representantes do capital dominante não somente se beneficiam do patriarcado, mas

com suas políticas colaboram para o aumento da discriminação das mulheres, fortalecendo seu papel no trabalho reprodutivo, especialmente pela maternidade, mantendo, assim, o sistema. As políticas direcionadas a esse grupo são um paliativo que não resolve a questão da desigualdade e subordinação na relação entre homens e mulheres; quiçá, reforçam as desigualdades.

A partir da eleição de um novo presidente em 1988, Enrique Iglesias, o Banco constituiu uma comissão de reformas, chamada Comitê de Revisão, para “recomendar uma redefinição do papel do Banco” (Scherma, 2007, p. 123). Mario Henrique Simonsen, que havia sido ministro da Fazenda do governo Geisel e ministro do Planejamento do governo Figueiredo, fez parte deste Comitê.

Castro (2014), numa leitura crítica acerca da criação e atuação do BID, explora mais seu alinhamento com instituições internacionais como o FMI e o Banco Mundial, mostrando haver uma estreita colaboração entre essas organizações. O BID justifica isso como forma de uma organização não se sobrepor a outra, duplicando esforços desnecessários e, também, pela disposição de todos em articular ações com os mesmos fins. Salienta que, ainda que seja um banco que empresta dinheiro para a América Latina em nome de seu desenvolvimento, tem sua linha de ação baseada no que é proposto por Washington. A autora afirma que

É imprescindível entender o processo de colonização nas Américas dos trópicos como o prelúdio da questão social que se inaugura com a emergência do capitalismo. Uma das especificidades da colonização nesta região criou um laço crucial para a reprodução da desigualdade, um complexo de exploração/desigualdade/discriminação que se intensificará ao longo do tempo com o aprofundamento das relações estabelecidas intraclasses e interclasses, interna e externamente (Castro, 2014, p. 58).

Nesse sentido, é de suma importância entendermos o processo de colonização e os processos de independência para podermos entender também a inserção da América Latina no mercado mundial e

como o seu desenvolvimento foi, desde o princípio, limitado pela relação de dependência com os países centrais. Dessa forma, para a autora, o modelo desenvolvimentista, calcado na substituição de importações, foi determinado pelo capitalismo global como parte da divisão internacional do trabalho. Os empréstimos contraídos pelos Estados latino-americanos, que depois se desdobraram na crise da dívida na década de 1980, são tidos como uma nova forma de colonização. Segundo a autora

A crescente transferência de riqueza do “sul global” para os países centrais por meio da dívida mostra o poder deste mecanismo de dominação. Neste sentido, somado ao colonialismo interno, que, por si só, já sustenta contradições internas profundas, a resposta imperial dada por este capitalismo das finanças aprofunda ainda mais o poço de desigualdades que tem sido o continente latino-americano, reforçando também sua posição periférica do próprio sistema (Castro, 2014, p. 66).

Para disciplinar os países para o pagamento das dívidas externas por meio do acesso a novos empréstimos, foram propostos/impostos os planos de ajuste pelo FMI. Segundo Soares, “o novo enfoque chamado de *ajuste estrutural* pretende desencadear as necessárias mudanças por políticas liberalizantes, privatizantes e de mercado” (Soares, 2002, p. 14).

Coerente com os ajustes estruturais, foi estabelecido em 1989 o Consenso de Washington. O acordo pode ser compreendido em dez tópicos: Disciplina Fiscal; Reorientação dos gastos públicos; Reforma tributária; Taxa de juros; Taxa de câmbio; Liberalização comercial; Abertura para o capital estrangeiro; Privatização; Desregulamentação da economia; e Direitos de propriedade. Essas formulações são fruto de uma reunião entre o Departamento do Tesouro, o Banco Mundial, o FMI, o BID, a Usaid e os principais *think tanks* estadunidenses que “integravam a cúpula da rede de poder político, financeiro e intelectual do complexo Washington-Wall Street” (Pereira, 2010, p. 275).

Os ajustes estruturais consolidaram um padrão de acumulação flexível tanto em termos produtivos quanto trabalhistas, que buscou ser compensado por políticas públicas sociais também flexibilizadas e focalizadas em parcelas da população consideradas mais vulneráveis (Castro, 2014).

A despeito das mudanças operadas pelo neoliberalismo a partir dos programas de ajuste advindos do Consenso de Washington, a partir dos anos 1990

[...] o comportamento do BID, assim como demonstrado acima, assume um padrão coerente com as tendências internacionais e com o contexto em que se insere, sem verificar mudanças qualitativas na sua atuação; ou seja, as políticas agora analisadas fazem parte de uma mesma concepção que não se altera ao longo dos anos, e servem como demonstração do comportamento anteriormente destacado da instituição (Castro, 2014, p. 78).

Estudando de maneira mais específica a política social do BID, Castro (2014) argumenta que o tratamento da questão social na América Latina se relaciona mais com o modelo de desenvolvimento do que com as necessidades da população. Nos anos 1930, a política social teve como função manter e reproduzir a força de trabalho, sendo o salário e o emprego pontos-chave para o acesso aos serviços sociais.

No entanto, a autora supracitada aponta que esses direitos, apesar de aparentemente universalizados, só eram concedidos aos grupos organizados. Castro (2014) destaca haver um equívoco em considerar que, nesse período, houve a existência de estados de bem-estar social na América Latina. Segundo a autora, os Estados latino-americanos tinham base clientelista, paternalista e dependente. A partir da década de 1960, houve um novo pacto de poder em que foram privilegiadas as empresas privadas na prestação de serviços que concentravam poder no governo central e excluía os trabalhadores do controle de instituições sociais. Sob o paradigma neoliberal, a política social funcionou como uma subsidiária da política econômica.

Dessa forma, configurava-se compensatória, transitória, privatizada, descentralizada e focalizada. Para a autora,

Um dos objetivos não declarados da política social neste contexto é o de abrir novos espaços para obtenção de mais-valia e de lucro para o capital, ou seja, um novo campo para acumulação, o que de forma alguma levaria à correção das desigualdades sociais. Algumas políticas sociais, como previdência, saúde e educação, são campos férteis para atividades lucrativas; outras, como assistência social, são deixadas ao setor privado não lucrativo, filantrópico (Castro, 2014, p. 84).

Dessa forma, cumpre deixarmos claro que o setor privado ou o mercado atuam no fornecimento de serviços e benefícios devido à sua anunciada equidade e eficiência, porém não há como corrigir desigualdades por meio do mercado, já que este é quem promove as desigualdades, estruturais no sistema capitalista. Mas a ideia de que é possível diminuí-las é atraente e proporciona lucros. Nesse sentido, temos setores ligados ao capital, como bancos, conglomerados educacionais, operadoras de planos de saúde que defendem o fim do sistema público de saúde, a administração de escolas públicas por entes privados e a previdência privada.

Como exemplo dessa política privatizante, no dia cinco de novembro de 2019, foi levado pelo poder executivo ao Senado, um Projeto de Emenda Constitucional (PEC) 188/2019, que o desobrigava de construir escolas em regiões com carência de vagas, sendo os alunos direcionados para escolas privadas com bolsas pagas pelo governo. Para receberem o benefício, esses deveriam comprovar insuficiência de recursos e se inscreverem para participar de uma seleção. A PEC também propunha revogar o parágrafo da Constituição, que estabelece que o Orçamento federal deve ter como um de seus objetivos reduzir as desigualdades regionais, baseado em critério populacional (Caram, 2019). A PEC 188/2019 foi arquivada no Senado Federal em dezembro de 2022.

Freitas (2018) aponta haver um “vetor de privatização” na educação cujo fim último é estabelecer um livre mercado escolar, onde os professores e as escolas estariam em concorrência em um processo que levaria à melhoria da qualidade da educação, segundo os proponentes da reforma empresarial já mencionada anteriormente. A construção desse mercado passa pelo afastamento progressivo do Estado das funções ligadas à educação. Em um primeiro momento, esse afastamento se daria ao nível de gestão, ou seja, o Estado passa a agir somente como um fiscalizador e um financiador da educação, estando a gestão nas mãos do setor privado. Isso pode se dar tanto pela terceirização da gestão escolar quanto pela concessão de vouchers aos estudantes. Para o autor, esse vetor privatizante atua para fazer com que a educação não seja mais um direito, mas um serviço a ser adquirido, cujo fim será a privatização total do sistema de educação. Nesse contexto, como afirma Evangelista *et al.* (2021), o setor privado, além de atuar na oferta direta da educação (escolas privadas), se expande à “comercialização de equipamentos, metodologias e ferramentas que se apresentam como soluções educacionais para as redes públicas, constituem uma importante vertente de inserção privada na educação pública, espaços estes, onde empresas disputam pela oferta desses produtos e serviços” (Evangelista *et al.*, 2021, p. 317).

Assim, a privatização da educação vem ocorrendo de modo direto e indireto mediante um Estado subordinado aos agentes internacionais.

A partir dos anos de 1980, os organismos multilaterais, como Banco Mundial, FMI e BID, inverteram a relação de causalidade entre pobreza e desenvolvimento econômico. Difundiram, desde então, a ideia de que a desigualdade seria o “entrave” ao desenvolvimento. Sob essa perspectiva, o BID buscou, por meio do investimento nas pessoas, aumentar a eficácia das políticas sociais e alcançar os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio propostos pela ONU. A prioridade no investimento nas pessoas buscou melhorar o capital humano baseado em três pilares: nutrição, saúde e educação. É com essa prioridade que se combate à pobreza estrutural. Porém, “tão problemática se nos

apresenta tal visão dado que a pobreza na forma como subsiste no capitalismo está em função da própria organização do modelo de reprodução da sociedade, portanto, imprescindível para o funcionamento da mesma” (Castro, 2014, p. 87).

A problematização levantada por Castro (2014) evidencia que a desigualdade e a pobreza são partes constitutivas do sistema capitalista, e dessa forma não há como eliminá-las sem superar esse sistema. Essa pode ser uma das razões para que as políticas públicas sociais sejam tão fragmentadas. Paiva e Ouriques (2006) comentam essa fragmentação citando o exemplo do que foi feito no governo Lula:

Por esta razão, é desanimadora a constatação da timidez da política social do governo Lula, onde o tema da pobreza, apartado da sua dimensão estrutural, permanece confinado como um problema da esfera do consumo e da estrutura familiar. Por mais que a pobreza seja aguda e na medida em que é uma questão explosiva, o melhor mesmo, aparentemente, é esterilizá-la, sobrepondo ações diversas e pulverizadas, que não atacam a raiz da questão social. O risco de se atuar na lógica do ajustamento de comportamentos individuais não é pequeno, haja vista o esforço em empreender e divulgar as chamadas condicionalidades para as famílias terem acesso aos benefícios (Paiva; Ouriques, 2006, p. 174).

As ações que focalizam o indivíduo, como o Bolsa Família, por exemplo, não resolvem problemas estruturais, mas podem dar a ilusão de estarem colaborando para a melhoria do sistema ou, ainda, colocar sobre os ombros de cada um a tarefa de melhorar de vida, eximindo o Estado de responsabilidade, ignorando a estrutura do problema e desestimulando as lutas coletivas. “Ou seja, transfere-se para o nível individual a responsabilização por uma situação histórica de degradação cujas causas residem justamente na indevida apropriação do Estado em prol de grupos auto interessados fortemente articulados com a dinâmica capitalista” (Castro, 2014, p. 112). A responsabilidade

colocada sobre o indivíduo mascara o que de fato promove a desigualdade⁵.

Castro (2014) destaca que o Banco foca suas ações no desenvolvimento da primeira infância, juventude em risco e alívio da pobreza. Esses direcionamentos compõem a Divisão de Proteção Social e Saúde. A exemplo de atuação do BID direcionada aos jovens brasileiros, temos a Lei n.º 13.415/2017, que institui a Reforma do Ensino Médio, que “em muito se aproxima do que é proposto pelo BID, principalmente no que diz respeito à formação da classe trabalhadora e ao atendimento das demandas do capital” (Silva; Hollerbach, 2024, p. 18).

Sobre outro tema, o enfoque do BID em ações para a Juventude em Risco se justifica, por sua vez, não somente pelo fato de 40% da população do continente ter menos de 30 anos, mas também pela razão de que enfrentar suas dificuldades potencializaria o desenvolvimento econômico, incrementaria a produtividade e equidade, e reduziria a pobreza e os níveis de violência na região. O Banco considera que os problemas gerados por comportamentos perigosos geram custos sociais não só para o indivíduo, mas para a sociedade na totalidade, já que a marginalização dos jovens se dá pela *falta de oportunidades para completar os estudos secundários e sua baixa qualidade*, a precariedade do mercado de trabalho e quantidade de empregos insuficientes (Castro, 2014, p. 91-92, grifo nosso).

A educação de nível médio ganha relevo nas ações para a juventude, pois essa faixa etária representa uma “janela de oportunidade”: os investimentos nesse segmento podem diminuir as

⁵ Entendemos que o objetivo do programa não é resolver um problema estrutural e reconhecemos a sua importância no abrandamento da pobreza (Leão Rego; Pinzani, 2013) e na inclusão dos seus beneficiários no consumo de bens. Entretanto, a crítica que se faz aqui, a partir dos autores citados, é de que o Partido dos Trabalhadores, quando no poder, adotou medidas que, longe de romper com a lógica do capital, se alinharam a elas.

desigualdades e aumentar as oportunidades dos jovens (e de quem deles depende) de ter uma vida melhor⁶[6].

Conclusão

Ao longo do texto, observamos que o BID, embora seja uma instituição criada para o desenvolvimento da América Latina, tem como orientador os EUA. Se antes essa orientação era um pouco menos evidente, a partir da eleição de Claver-Carone em 2020, essa evidência ganha força.

Nesse sentido, precisamos considerar a história do BID no contexto em que se insere a América Latina no sistema capitalista. A partir desse entendimento, desdobram-se outros que nos permitem compreender como a ação do BID está condicionada aos interesses internacionais, dos grandes centros capitalistas, especialmente dos EUA. A margem de desenvolvimento latino-americano é aquela permitida pela conjuntura externa, sendo o BID um operador do capital que garante a reprodução do capitalismo neoliberal, tendo solo fértil nas políticas brasileiras.

Referências

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO.

Capital social e poder de voto. 2025a. Disponível em:

<https://www.iadb.org/pt-br/quem-somos/como-estamos-organizados/assembleia-de-governadores/capital-social-e-poder-de-voto>. Acesso em: 28 jun. 2025.

⁶ Essa concepção guarda estreita relação com a Teoria do Capital Humano, que estabelece que o trabalho, quando qualificado por meio da educação, é um meio para expandir a produção e, consequentemente, as taxas de lucro do capital. Uma definição mais detalhada está disponível em: <https://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/teoria-do-capital-humano>. Acesso em: 28 jun. 2025.

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO.
Países membros não mutuários. 2025b. Disponível em:
<https://www.iadb.org/pt-br/quem-somos/como-estamos-organizados/paises-membros-nao-mutuuario>. Acesso em: 28 jun. 2025.

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO.
Estrutura Organizacional. 2025c. Disponível em:
<https://www.iadb.org/pt-br/quem-somos/estrutura-organizacional>. Acesso em: 28 jun. 2025.

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO.
Somos o grupo BID. 2025d. Disponível em: <https://www.iadb.org/pt-br>. Acesso em: 28 jun. 2025.

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO. *Sobre o BID*. 2025e. Disponível em: <https://www.iadb.org/pt-br/quem-somos/sobre-o-bid>. Acesso em: 28 jun. 2025.

BOCCHINI, Bruno. Indicado pelo Brasil, Ilan Goldfajn é eleito presidente do BID. *Agência Brasil*. São Paulo, 20 nov. 2022. Disponível em:
<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2022-11/indicado-pelo-brasil-ilan-goldfajn-e-eleito-presidente-do-bid>. Acesso em: 28 jun. 2025.

CARAM, Bernardo. PEC de Guedes desobriga poder público de construir escolas. *Folha de S. Paulo*. 14 nov. 2019. Disponível em:
<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/11/pec-de-bolsonaro-e-guedes-desobriga-poder-publico-de-construir-escolas.shtml>. Acesso em: 18 jun. 2025.

CASTRO, Marina Scotelaro de. A Concepção de Política Social do Banco Interamericano de Desenvolvimento. 2014. 128 f. Dissertação (Mestrado em Política Social) - Universidade Federal Do Espírito Santo, Vitória, ES, 2014.

CORONA, Sonia. Candidato de Trump é eleito novo presidente do BID. *El País*. Washington, 12 set. 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/internacional/2020-09-12/candidato-de-trump-e-eleito-novo-presidente-do-bid.html>. Acesso em: 09 jun. 2025.

EVANGELISTA, Jaqueline Pereira; MEDEIROS, Maria Valéria Jacques de; CAMARA, Mírian Aguiar Oliveira; LOPES, Robson Vila Nova. O setor privado na educação básica brasileira: espaços e mecanismos de participação. *Revista Humanidades e Inovação*, v. 8, n. 64, 2021.

FREITAS, Luiz Carlos de. *A reforma empresarial da educação: nova direitas, velhas ideias*. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

MELGAREJO, Mariano Moura; SHIROMA, Eneida Oto. O projeto de educação do Banco Interamericano de Desenvolvimento. *Roteiro*, Joaçaba, v. 44, n. 3, p. 1-24, set./dez. 2019. Disponível em: <https://portalperiodicos.unoesc.edu.br/roteiro/article/view/20896/14023>. Acesso em: 10 jun. 2025.

OLIVEIRA, Eliane. Brasil torce por saída de presidente do BID, investigado por ‘relação inadequada’ com funcionária. *O Globo*. Brasília, 30 mai. 2022. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2022/05/brasil-torce-por-saida-de-presidente-do-bid-investigado-por-relacao-inadequada-com-funcionaria.ghtml>. Acesso em: 09 jun. 2025.

PAIVA, Beatriz Augusto de; OURIQUES, Nildo Domingos. Uma perspectiva latino-americana para as políticas sociais: quão distante está o horizonte? *KATALYSIS*, Florianópolis, v. 9, n. 2, jul./dez. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rk/v9n2/a04v09n2.pdf>. Acesso em: 08 jun. 2025.

PEREIRA, João Márcio Mendes. *O Banco Mundial como ator político, intelectual e financeiro (1944-2008)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

SAID, Magnólia. *FMI, Banco Mundial e BID: impactos sobre a vida das populações*. Fortaleza: [s.n.], 2005. Disponível em: http://www.ie.ufrj.br/intranet/ie/userintranet/hpp/arquivos/080820195133_SaidM.FMIBancoMundialeBID2005.pdf. Acesso em: 30 mai. 2025.

SCHERMA, Márcio Augusto. *A Atuação do Banco Interamericano de Desenvolvimento no Brasil*. 2007. 153 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) (UNESP/UNICAMP/PUC-SP) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Marília, SP, 2007.

SEITENFUS, Ricardo Antônio Silva. *Manual das organizações internacionais*. 5ª ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado Ed., 2008.

SILVA, Evelyn Freire da; HOLLERBACH, Joana D’Arc Germano. A reforma do Ensino Médio e suas aproximações com o BID: conexões no fomento da dualidade. *Revista Ponto de Vista*, v. 13, n. 2, p. 01–20, 2024.

SILVA, Maria Abádia da. *Intervenção e consentimento: a política educacional do Banco Mundial*. Campinas, SP: Autores Associados: São Paulo: Fapesp, 2002.

SOARES, Laura Tavares. *Os custos sociais do ajuste neoliberal na América Latina*. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2002.

VILELA, Pedro Rafael. Governo brasileiro comemora eleição de novo presidente do BID. *Agência Brasil*. Brasília, 13 set. 2020.

Disponível em:

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2020-09/governo-brasileiro-comemora-eleicao-de-novo-presidente-do-bid>. Acesso em: 09 jun. 2025.